

Relatório da reunião realizada no Ministério do Planejamento sobre Transformações na GEAP

Data: quarta-feira, 16 de outubro de 2013

Local: Ministério do Planejamento, bloco K, auditório do subsolo

Presentes

Pelo Governo: Sergio Mendonça (SRT/MPOG) Ana Lúcia Amorim (SGP)

Pela GEAP: Interventor Aubiérgio Barros

Pela FENASPS: Cleuza Faustino (MG), Djalter Rodrigues (RN), Carlos Roberto (DF), Ana Dal Lago (RS)

Pelo Sinprece: Marilene Torres (CE), Carmen Lucia (CE).

O Governo, ao convidar as Entidades para reunião de apresentação da Situação do Plano de Saúde da GEAP e sobre as mudanças ocorridas no Estatuto da Fundação, trouxe o pacote pronto: tanto o decreto (**documento segue em anexo**) quanto a separação dos negócios da GEAP.

Como já avaliado inúmeras vezes a intervenção realizada pelo governo foi única e exclusivamente para abocanhar mais um direito construído e mantido pelos trabalhadores. Se os conselheiros eleitos pelos assistidos na base da FENASPS, que sempre foi vanguarda na defesa desse patrimônio construído pelos trabalhadores, lá estivessem com certeza o governo não faria o que está fazendo na Fundação.

A primeira apresentação iniciou com o Interventor da GEAP, Aubiérgio Barros, que apresentou um diagnóstico da atual situação financeira da GEAP. Pelos números apresentados a GEAP sanou todas as suas dívidas de mercado e se encontra superavitária.

Na forma colocada pelo Interventor, deu a entender que foi por competência dele e não pelas grandes lutas e sacrifícios dos Assistidos pagando altas contribuições definidas pela GEAP nos últimos três anos, que amargaram um reajuste de mais de 300% em suas participações, levando a milhares assistidos a deixarem a Geap por não terem condições de arcar com o pagamento astronômico.

O Interventor informou que ainda não havia se debruçado sobre o GEAP Previdência e que o Estatuto do GEAP/PREV seria o mesmo em vigência antes da intervenção. Informou que o Fundo de Pecúlio Facultativo será administrado pelo GEAP Previdência.

Em uma breve análise do novo Estatuto, verificamos alguns conflitos em relação ao relatório do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto. O primeiro deles é a possibilidade de ampliação dos convênios com os Estados e Municípios, contratos e contratos

temporários. No voto do relator, ele foi taxativo em relação à abrangência de convênios com a Fundação, que seria tão somente Assistência aos Servidores Públicos Federais, se observar a proposta de Decreto apresentada pelo Governo, no seu conteúdo também a abrangência da GEAP, enquanto prestadora de serviços de saúde é para os Servidores Públicos Federais.

O novo Estatuto também garante que em caso de solvência da Fundação esta poderá ser fundida a uma outra Entidade com o perfil de autogestão multipatrocinada, sem sequer considerar que o patrimônio conquistado pela GEAP é dos servidores da base da Seguridade Social que ao longo desses sessenta e oito anos de existência a Fundação foi mantida graças a luta e a contribuição dos seus Assistidos.

Ao questionar esses artigos, inclusive o período de transição para composição do CONAD – Conselho Nacional de Administração – que segundo informação do Governo, será composto de seis membros e quatro do Conselho Fiscal que deverão em tese dar posse à nova diretoria da GEAP (previamente indicada pelo Governo) e para encaminhar o Processo Eleitoral dos representantes dos Assistidos nos Conselhos, todos foram indicados pelo Governo.

Segue a lista completa dos Conselheiros e indicados e empossados nessa sexta-feira, 18 de outubro de 2013:

Conselho de Administração – CONAD

Idervânio da Silva Costa – Ministério do Planejamento (titular)
Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos – Ministério do Planejamento (suplente)
Renata Vila Nova de Moura Holanda – Ministério do Planejamento (titular)
Luis Guilherme de Souza Peçanha – Ministério do Planejamento (suplente)
Paulo de tarso Cancela Campolina de Oliveira – Ministério da Fazenda (titular)
Erasmio Veríssimo de Castro Sampaio – Ministério da Fazenda (suplente)
Miguel Ragone de Mattos – Casa Civil da Presidência da República (titular)
JohanessEck – Casa Civil da Presidência da República (suplente)
Eliane Aparecida da Cruz – Ministério da Saúde (titular)
Josilda Valença Araújo – Ministério da Saúde (suplente)
Fátima Aparecida Rampin – Ministério da Previdência Social (titular)
José Roberto de Moraes Soares – Ministério da Previdência Social (suplente)

Conselho Fiscal – CONFIS

Marcos de Oliveira Ferreira – Ministério do Planejamento (titular)
Jorge Luiz Maroni Dias – Ministério do Planejamento (suplente)
George Alberto Aguiar Soares – Ministério do Planejamento (titular)
Geraldo Julião Júnior – Ministério do Planejamento (suplente)
Humberto Barreto Alencar – Ministério da Fazenda (titular)
Glauben Teixeira de Carvalho – Ministério da Fazenda (suplente)
Bruna de Lourdes Araújo Souza – Ministério da Fazenda (titular)
Marcelo Ramos – Ministério da Fazenda (suplente)

Conforme informações do Interventor, a GEAP/Seguridade Social foi extinta e substituída pelo GEAP Gestão em Saúde. Com a separação das atividades administradas pela Fundação, a mesma poderá ampliar seus convênios, pois deixou de obedecer às Leis 108 e 109.

Para quem acompanhou o debate no STF lembra que a matéria julgada naquela Corte, foi GEAP enquanto operadora de saúde na forma de autogestão multipatrocinada.

Outro fator de grande relevância é que na nova versão do Estatuto da GEAP o candidato ao Conselho deverá possuir nível superior, o que ocasionará impedimento para a grande maioria dos beneficiários titulares do plano de concorrer à representação do CONAD.

Essas foram algumas questões que precisam ser analisadas urgentemente e ainda precisam ser levadas ao conhecimento da Direção Executiva, visto que a intervenção foi encerrada nessa sexta, dia 18, foram indicadas todas as Diretorias da fundação.

Todo esse processo foi feito sem a participação da representação dos assistidos e essas questões têm que ser debatidas junto à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento.

Quanto à extensão dos convênios aos Estados, Municípios e contratos diversos, enviamos a proposta de Decreto juntamente da proposta de novo Estatuto para a Assessoria Jurídica da FENASPS para nos orientar quanto aos próximos passos a serem seguidos pela Comissão da FENASPS que tem acompanhado esse debate.

Também o que nos causou grande preocupação foi que para firmar convênios com autarquias e Fundações que no caso gozam de independência financeira, estas terão que celebrar convênio com a GEAP, na condição de patrocinadora, firmado pela União.

Avaliamos que nos últimos meses a GEAP sofreu uma drástica redução em sua rede de prestadores, fato que ocasionou grande insatisfação aos seus assistidos. Com a enorme campanha que a Anasps faz junto aos servidores do INSS para adesão a operadoras privadas de saúde, podemos perder adesão de uma autarquia que é de suma importância para sobrevivência da Fundação.

Outro dado informado pelo Governo foi que os convênios celebrados pelos Patrocinadores da Administração Direta e Indireta serão repassados automaticamente para o novo convênio do MPOG, exceto as Autarquias e Fundações, que terão que firmar seus próprios convênios. Informaram ainda que os valores *per capita* das patrocinadoras serão repassados diretamente do MPOG para GEAP e que não existe previsão orçamentária no governo para aumento do *per capita* patronal.

Brasília 18 de outubro de 2013

Plantão/FENASPS